

**Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região
Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados
Senhoras e Senhores Membros do Governo**

Começo precisamente por si senhor Presidente da Assembleia. Quero, nesta primeira oportunidade de estar aqui de tribuna na actual Legislatura, aproveitar este momento para o felicitar calorosamente.

O seu percurso político senhor Presidente, atrevo-me a dizer, deve ser um exemplo para todos os açorianos, especialmente para os mais jovens, de humildade, de convicção, de persistência e de grande talento na participação política e na defesa da causa pública.

Há sensivelmente quatro meses atrás, aprovamos nesta Assembleia o Programa do X Governo da Região Autónoma dos Açores, documento que constitui a referência enquadradora da acção governativa e da estratégia de desenvolvimento que o PS protagoniza para os Açores.

É nesse quadro que se insere a análise e o debate das Orientações de Médio Prazo 2009/2012, do Orçamento e do Plano Regional Anual 2009, documentos de desenvolvimento do investimento público na Região da maior importância para o futuro dos Açores e para a superação dos tempos delicados que atravessamos.

Este é o primeiro registo que gostaria de deixar absolutamente claro nesta fase dos nossos trabalhos aqui na Horta.

Os socialistas dos Açores não negam as dificuldades, não escondem a realidade, nem receiam o futuro.

O PS nos Açores, afirma peremptoriamente e convictamente que estará, como esteve no passado, à altura dos desafios com que nos deparamos e das dificuldades que afectam vários sectores económicos e sociais das nossas ilhas.

Os socialistas nos Açores não governam conformados, de braços caídos e rendidos à auto contemplação da obra feita. Não defendemos a inacção à espera que a crise passe, como defendeu em Janeiro a presidente do PSD-Açores, nem levamos quase cinco meses para apresentar pacotes vazios contra a crise.

Os tempos são difíceis, sabemos bem, mas são precisamente nestes momentos que se destacam os políticos com firmeza de convicções, com espírito de liderança e capacidade de decisão. Quem falha nestes momentos cruciais não tem outra oportunidade, não tem futuro político e não constitui nenhuma alternativa.

Digam à vossa presidente, senhoras e senhores deputados do PSD, que não há uma segunda oportunidade para causar uma primeira boa impressão!

Senhor Presidente da Assembleia
Senhor Presidente do Governo
Senhoras e Senhores Deputados
Senhoras e Senhores Membros do Governo

O Plano Regional anual dos Açores para 2009 desenvolve no seu **Programa 21**, intitulado **Cooperação Externa e Migrações**, com uma dotação global de 2.338.000€, o investimento público nas seguintes áreas: Cooperação Externa, materializada pela dinamização e aprofundamento da relação com estados, entidades, instituições e organismos estrangeiros; Assuntos Europeus, prosseguidos através da relação com instâncias europeias, organismos de cooperação inter-regional, organizações internacionais e entidades territoriais mais restritas; Comunidades Açorianas referente a apoios aos açorianos que vivem no continente ou no estrangeiro; e também, numa quarta vertente, no apoio ao acolhimento e à integração de novas comunidades resultantes dos novos fluxos migratórios com destino aos Açores.

A cooperação externa é uma das áreas em que a Região viu a sua capacidade reforçada na última revisão do nosso Estatuto Político Administrativo. Esta nova perspectiva é muito relevante e a sua exploração está salvaguardada pela visão política abrangente e estruturada do projecto político do PS.

Abriu-se, assim, um novo espaço de oportunidades de cooperação e de afirmação dos nossos interesses através da intervenção externa da Região, com particular incidência em territórios insulares, regiões ultraperiféricas e territórios com os quais partilhamos valores, temos ligações históricas e culturais, ou interesses estratégicos nos planos económico e político.

Devemos, por isso, insistir e persistir nas apostas que têm sido feitas nos últimos anos e que em alguns casos já estão materializadas em acordos. Como são os casos dos estabelecidos com os estados norte-americanos de Massachussets e da Califórnia e também, embora a um outro nível por se tratar de um país independente, com a República de Cabo Verde. Entendimentos nos quais o envolvimento complementar desta Assembleia também se revela proveitoso.

Estes acordos de relacionamento privilegiado no plano político, que para alguns suscitam grande cepticismo, são quase sempre precursores de maiores desenvolvimentos e de sucesso noutras áreas de cooperação. Convém recordar que qualquer processo de cooperação, ou iniciativa de investimento, beneficia se entre as regiões envolvidas existir um bom relacionamento político e institucional, que necessariamente gera confiança aos restantes agentes e facilita assim a

concretização de outros projectos de cooperação em diversos domínios. O que, aliás, em vários casos, é já uma realidade no nosso arquipélago.

Esta acção deve ser prosseguida envolvendo várias áreas de interesses e também necessita de envolver com intensidade outros agentes de cooperação como a Universidade, empresas, instituições privadas e associações culturais.

Outro domínio onde os Açores continuarão a fazer uma grande aposta estratégica é nos Assuntos Europeus. O futuro da nossa Região dependerá em muito do sucesso da construção europeia, pelo que se torna imperativo o nosso envolvimento activo e a nossa influência permanente nos mecanismos decisórios da União.

Por esse motivo o PS vê com grande satisfação a aposta que o Governo fará no fortalecimento da participação da Região nos processos de consulta pública, de elaboração e concretização de documentos políticos e legislativos da União Europeia. Esta é uma área de influência vital para a salvaguarda do nosso desenvolvimento futuro e para a defesa dos nossos interesses, sobretudo nas áreas económicas relacionadas com os sectores tradicionais.

Esta linha de actuação possibilita também garantir mais meios e melhores condições para ultrapassar os nossos constrangimentos estruturais através de políticas comunitárias de coesão, de convergência, de desenvolvimento sustentável e de competitividade melhor adaptadas às nossas especificidades

Os Açores, bem como outras Regiões Ultra Periféricas, adquiriram nos últimos anos, depois do reconhecimento formal da sua excepcionalidade em 1999, uma importância reforçada, constituindo na actualidade uma plataforma de política externa e de cooperação da União Europeia com vários espaços extra comunitários. Esta nova relevância das RUP's no seio da União impõe aos Açores, por factores históricos, culturais e geográficos, uma responsabilidade acrescida na concretização dessa influência crescente e na afirmação dessa tendência recente.

Um outro domínio onde o Governo não deve manifestar hesitação em conjugar os verbos continuar, aprofundar e reforçar é na política relacionada com as Comunidades açorianas emigradas.

O trabalho desenvolvido pelos Governos do PS nesta área é extremamente positivo, sendo por isso muito importante continuar com revigorada energia este percurso de engrandecimento e de sucesso.

Do ponto de vista que interessa aqui salientar, os Açores são muito mais do que o povo que habita estas ilhas, podendo ser considerados como uma vasta comunidade emigrada espalhada por diversos países e territórios, com uma identidade cultural própria que necessita ser preservada como tem sido feito, mas

que actualmente fruto do seu desenvolvimento e integração, detém a capacidade de projectar os interesses da Região nos planos político, económico, cultural e institucional nesses locais. Esta é a abordagem que devemos continuar a promover e que exige um esforço permanente de organização e de optimização dos apoios à melhoria da representatividade e da capacidade de influência dessas comunidades nos países de acolhimento.

É por isso com grande satisfação que o GPPS regista a continuação da aposta em instrumentos de cooperação e divulgação dos Açores nos estados, províncias e regiões em que as nossas comunidades emigradas possam constituir elos de ligação com as sociedades locais e com os poderes político e económico dessas mesmas regiões.

Também registamos como positivo o reforço previsto ao nível da promoção de iniciativas como ciclos de conferências, a realizar em diversos países, intercâmbios escolares entre os Açores e as Comunidades, apoio à divulgação de programas culturais e informativos, e protocolos de cooperação com instituições de índole social e cultural.

Merece também um destaque especial a intenção manifestada pelo Governo de dinamizar a rede de Casas dos Açores como entidades prestadoras de serviços à comunidade e como centros promotores da representação de interesses de promoção externa da Região.

Foi também graças aos Governos do PS que os Açores deixaram de ser uma espécie de último reduto do atraso, do fatalismo e do conformismo.

Graças a um forte desenvolvimento económico e social nos últimos anos, os Açores constituem hoje uma economia com potencialidades e com capacidade de atrair investimento e gerar oportunidades diversas.

Nesta emergente realidade social, económica e cultural, os Açores passaram a ser um território mais próspero e desenvolvido atraindo, naturalmente, uma nova vaga de imigração sobretudo provenientes de países da CPLP e também de países de Leste.

Esta realidade trouxe novos desafios de acolhimento e integração dessas comunidades. Trata-se de um processo complexo, difícil em alguns casos, mas que tem sido superado através de diversas parcerias com instituições e associações de solidariedade social. E para quem tiver dúvidas sobre o sucesso dessa integração basta observar, com atenção, vários indicadores ao nível educativo, desportivo e cultural.

Apesar dos sucessos alcançados, consideramos que o Governo tem razão na pretensão de valorizar essas comunidades imigradas e na ambição de querer melhorar o nível de atendimento dos serviços de cariz público disponibilizados a estas comunidades imigradas, sobretudo nos domínios do apoio jurídico, administrativo e laboral.

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

Com o início do período de governação do PS nos Açores, em 1996, implementou-se uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo que abriu o ciclo de ouro da nossa Autonomia, primeiro no plano interno e posteriormente ao nível externo.

Conforme tentei aqui provar, foi graças aos governos do PS, e à maioria parlamentar do PS, que hoje os Açores são indiscutivelmente uma Região aberta ao Mundo, moderna, envolvida na construção europeia, e um sujeito activo, de forma determinada e inédita, no espaço da lusofonia, da Macaronésia, e também profundamente envolvido no fortalecimento da nossa natural vocação transatlântica.

O momento actual, em que o Mundo está condenado a cooperar numa teia de interdependências para superar a primeira crise global da Globalização, proporciona à Região diversas oportunidades, não isentas de riscos, de aprofundamento de parcerias estabelecidas e no desenvolvimento de novas relações exteriores que afirmem os nossos valores comuns e salvaguardem os nossos interesses.

Estes objectivos estratégicos e as linhas de actuação para os atingir estão salvaguardados, do nosso ponto de vista, nos documentos cuja análise e debate aqui nos debruçamos nestes dias e cuja aprovação constituirá um claro sinal, em tempos difíceis, de responsabilidade e de confiança dos agentes políticos aos agentes económicos e sociais. Este sinal, sublinho, é muito importante do ponto de vista do optimismo e da confiança que poderá conter. Veremos, no final dos nossos trabalhos, quais as forças políticas que compreenderam o alcance do momento histórico que se nos depara.

Todavia, torna-se oportuno reafirmar, na actual conjuntura de dificuldades, que o percurso político que é necessário trilhar na Região nos próximos tempos, marcado por medidas excepcionais em tempos excepcionais, está salvaguardado pelas condições de estabilidade e de governabilidade conferidas pela maioria absoluta parlamentar que o PS dispõe nesta Assembleia.

E são essas condições que deveremos continuar a assegurar! Contra os outros partidos políticos se tiver mesmo de ser, a favor dos Açores como sempre tem sido!

Disse!

Horta, Sala das Sessões, Quarta-feira, 1 de Abril de 2009.

PELO GPPS-A

O DEPUTADO

JOSÉ CARLOS SAN-BENTO